

Pobreza Multidimensional no Brasil em 2014

Multidimensional Poverty in Brazil in 2014

Vicente Alves Toledo^a
Cristiana Tristão Rodrigues^b

Resumo: Este artigo tem por objetivo definir o perfil da pobreza multidimensional no Brasil, para o ano de 2014. Por meio da metodologia de Alkire e Foster (2011a), foi encontrado o Índice de Pobreza Multidimensional de 8,5% para este ano. Os resultados obtidos apontaram que a população pobre no país sofre maior privação na dimensão Serviços Básicos, levando em conta, principalmente, o acesso ao saneamento básico e a fontes de água. Constatou-se também que as regiões Norte e Nordeste estão em situação mais grave em relação à pobreza multidimensional, apresentando os piores índices.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Privação; Identificação.

Classificação JEL: I3; I32; D63

Abstract: The present article aims to define the profile of the multidimensional poverty in Brazil in 2014. By means of Alkire and Foster's methodology, it has been found the value 8.5% for the Multidimensional Poverty Index in 2014. The results show that the poor population in the country suffers higher levels of privation in Basic Services considering, mainly, the access to basic sanitation and water sources. Besides, it has been noticed that the North and North East regions are in more serious situations with regard to multidimensional poverty, presenting the worst indices.

Keywords: Multidimensional Poverty; Privation; Identification.

^a Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: vicenteatoledo@gmail.com

^b Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: cristiana.rodrigues@ufv.br.

1. Introdução

Diversos estudos comprovam que a pobreza no Brasil vem diminuindo durante os anos. Por meio do entendimento da pobreza como a proporção dos pobres que se situam abaixo de um determinado nível de renda – linha de pobreza – Neri (2013) mostra essa trajetória decrescente da pobreza durante 21 anos no Brasil, entre 1992 até 2012. Utilizando linhas de pobreza baseadas no critério de elegibilidade para acesso ao programa de transferência de renda Plano Brasil sem Miséria, estabelecendo R\$70,00 para definir a situação de extrema pobreza e o dobro desse valor para definir pobreza, com valores ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o autor mostra que a extrema pobreza diminuiu de 13,7% para 3,6% e a pobreza de 31,5% para 8,5%, entre esses anos que compreendem sua pesquisa. Isso significa menos 12 milhões de pessoas vivendo na miséria e menos 28 milhões de pessoas vivendo na pobreza. Além disso, enfatiza-se também que, comparando os períodos 1992/2002 e 2002/2012, o segundo período apresenta maior redução no número de pessoas pobres, como também maior consistência nessa diminuição do que o primeiro.

Porém, é importante analisar a pobreza no Brasil não apenas por essa perspectiva da renda, pois é necessário considerá-la para além da insuficiência da renda, associando-a à privação de outros aspectos não monetários. Dessa forma, amplia-se o entendimento da pobreza atribuindo à sua definição uma perspectiva multidimensional. Essa nova noção de pobreza foi desencadeada por meio dos estudos do economista Amartya Sen no início dos anos 80 (SILVA et al., 2016).

Utilizando a abordagem da Pobreza Multidimensional, Melo (2015) confirma a tendência decrescente da pobreza no Brasil, mostrando que a taxa de pobreza multidimensional no país era em 2005 26,2% e, no ano de 2012, a taxa encontrada foi de 12,8%, apresentando uma queda de 13,4 pontos percentuais em 7 anos. Silva et al (2016) apresenta resultados semelhantes, indicando também que a pobreza multidimensional no país diminuiu durante os anos, entre 2006 a 2012. Além disso, o autor apresenta uma análise minuciosa da pobreza decomposta por subgrupos da população e por macrorregiões, conseguindo chegar a conclusões importantes, como a indicação das regiões mais multidimensionalmente pobres – Norte e Nordeste – e as regiões menos pobres – Sudeste e Sul –, bem como aponta a manutenção desse ranking durante os anos de análise.

Ademais, dentre os diversos estudos que utilizam essa noção multidimensional da pobreza, é importante destacar a contribuição de dois trabalhos que adotam tal perspectiva no Brasil. Barros, Carvalho e Franco (2006), apresentam os sete passos necessários para a construção de medidas de pobreza multidimensional, além de apontar as limitações do índice IPH-1 e IPH-2 propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os índices que

impulsionaram a ideia de construir uma medida escalar que reunisse todas as dimensões da pobreza humana. Além disso, os autores propõem a construção de um índice de pobreza para o Brasil, considerando uma variedade de dimensões, com base nas informações disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Kageyama e Hoffmann (2006), propõem uma classificação da pobreza baseada na combinação de nível de renda e três bens de infraestrutura domiciliar básicos tidos como fundamentais para se ter uma vida minimamente admissível. A ideia é entender a pobreza além do baixo nível de renda, incluindo também um indicador de bens importantes providos em parte por gastos públicos. Os autores mostram e acompanham a trajetória da pobreza de 1992 a 2004, considerando diferentes grupos de pobreza, oferecendo uma análise importante para o planejamento de políticas de combate à pobreza, e para um melhor direcionamento dessas políticas aos grupos de maior prioridade.

Nesses estudos, como já foi citado, utilizou-se a abordagem da Pobreza Multidimensional, essa é uma forma de entendimento da pobreza diferente da tradicional, que vê a pobreza além do baixo nível de renda. Jannuzzi (2015) entende Pobreza Multidimensional como uma forma de perceber o fenômeno da pobreza não apenas como a falta de recursos monetários para se “participar como consumidor de bens e serviços no mercado”, mas como a “privação de direitos sociais mais amplos”. O autor também a interpreta como fonte para a formulação de políticas sociais, em que “o conceito-ação de Pobreza Multidimensional é, nesse sentido, uma interpretação operacional e normativa possível, dentre tantas, de como mitigar e solucionar as carências e privações sociais em uma dada sociedade”. Para tanto, um indicador de pobreza multidimensional contemplaria tanto a abordagem de “pobreza monetária (baseada em linha de pobreza)” quanto a de “vulnerabilidade social (baseada em escala de privações de acesso a direitos, bens e serviços)”.

Como apontado acima, os trabalhos de Neri (2013), Melo (2015) e Silva et al. (2016), apresentam contribuições importantes acerca da evolução temporal da pobreza multidimensional no país num período de bastantes transformações na economia brasileira. No entanto, todos esses trabalhos científicos são baseados em anos anteriores ao de 2014, e acima de tudo, não foram encontrados estudos que investigam a pobreza multidimensional para esse ano.

Diante da necessidade de se obter informações mais atuais acerca da pobreza no país, este trabalho procura atualizar as informações sobre pobreza multidimensional para o Brasil, utilizando a PNAD 2014, que possibilita estudar a pobreza por suas diversas dimensões. Além de contribuir com informações mais recentes sobre pobreza multidimensional, os índices de pobreza calculados são importantes por permitir encontrar resultados que podem auxiliar o planejamento

de políticas públicas de combate à pobreza, ao apresentar qual a maior privação dos pobres no país e em quais regiões se encontram essa população mais pobre.

Assim, diante de todas estas considerações, o presente trabalho busca analisar a pobreza multidimensional no Brasil, em 2014, utilizando a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD). O trabalho pretende retratar também a pobreza nas cinco regiões do país, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, demonstrando a discrepância dos índices de pobreza multidimensional entre as regiões. Portanto, o objetivo geral deste estudo é definir o perfil da pobreza multidimensional para o Brasil, considerando o país como um todo e também suas macrorregiões.

Além desta introdução, o artigo conta com mais quatro seções. A próxima seção abrange o Referencial Teórico da pesquisa, em que se apresenta a abordagem das capacitações de Amartya Sen. A seção 3 aborda a Metodologia utilizada para o cálculo dos índices de pobreza multidimensional, em que se apropriou o método de identificação da pobreza de Alkire e Foster. A quarta seção, refere-se à análise e discussão dos resultados obtidos e por último, na última seção, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

2. Referencial Teórico

Pobreza Multidimensional: a Abordagem das Capacitações

Os estudos científicos sobre pobreza surgem a partir do final do século XIX e início do século XX. A noção de pobreza que guiava esses estudos era da pobreza relacionada à ideia de subsistência, baseado nas necessidades nutricionais mínimas de um indivíduo ou família. Essa maneira única de entender a pobreza, de forma unidimensional, sofre alterações durante os anos, mas se estende até a década de 70, onde se começa os questionamentos sobre essa perspectiva. Antes disso, a abordagem da subsistência se desenvolve e os trabalhos científicos sobre pobreza passam a utilizar a abordagem monetária, que melhora a medida quantitativa, antes definida pelas necessidades nutricionais, para uma perspectiva da renda (LACERDA, 2009).

Então, a partir da década de 70, com os questionamentos acerca da prática da visão unidimensional sobre a pobreza, alguns autores buscam alternativas a fim de incorporar à pobreza, medidas não monetárias, envolvendo dimensões sociais e políticas (SALAMA; DESTREMAU, 1999 apud SILVA et al., 2016).

Com isso, a perspectiva multidimensional ganha espaço em relação à predominante perspectiva unidimensional. O enfoque multidimensional utiliza-se de duas principais abordagens, a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações (LACERDA, 2009).

A abordagem das capacitações nasce a partir dos trabalhos de Amartya Sen no final da década de 70 e início dos anos 80. Para além da análise da pobreza, essa abordagem contribui para a Teoria do Bem-Estar e para a Teoria do Desenvolvimento Socioeconômico, na medida que entende o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas e do princípio da igualdade (LACERDA, 2009).

Segundo Sen (2000), o crescimento das rendas individuais é importantíssimo como meio de expandir as liberdades que os membros da sociedade desfrutam. Mas a liberdade também depende de outros fatores, como por exemplo, educação e saúde – “disposições sociais e econômicas” – e “liberdade de participar de discussões e averiguações públicas” – “direitos civis”.

Discutindo o desenvolvimento como expansão das liberdades, Sen (2000) argumenta que a eliminação de privações é, entre outros fatores, um dos elementos mais importantes para garantir a liberdade (RODRIGUES, 2014). Nesse sentido, a eliminação de privações do indivíduo pobre garante a expansão da sua liberdade de escolher a vida que deseja ter. Isso significa desenvolvimento, sob o prisma da liberdade.

A abordagem das capacitações, que sustenta todas essas ideias, se fundamenta em dois conceitos importantes. O primeiro, é o conceito de funcionamentos, e o segundo, é o conceito de capacitações. O entendimento desses conceitos deixa claro como a abordagem das capacitações permite enxergar o processo de desenvolvimento como expansão das liberdades e a pobreza de forma multidimensional.

Basicamente, os funcionamentos são diversas coisas que uma pessoa pode valorizar fazer ou ter. Por exemplo, tipos de funcionamentos podem ser, “ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis”, como também “poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio” (SEN, 2000).

As capacitações de uma pessoa são alternativas de combinações de funcionamentos que podem ser realizáveis por ela. A capacidade é uma liberdade substantiva, mais precisamente, é a “liberdade para ter estilos de vida diversos” (SEN, 2000). Nesse sentido, a capacidade é a liberdade de escolher, dentre as opções valorizadas por uma pessoa (os funcionamentos), a vida que se deseja ter.

Por meio de um exemplo utilizado por Sen (2000), pode-se entender melhor estes conceitos de funcionamentos e capacitações. O autor compara uma pessoa abastada que jejua com uma pessoa desnutrida forçada a passar fome. Conclui-se que as duas pessoas podem ter a mesma realização de funcionamento, comer ou nutrir-se, porém a primeira pode escolher comer enquanto a outra não. Logo, a pessoa abastada tem um “conjunto capacitário” diferente da pessoa que passa fome.

Entendido a abordagem e os conceitos, vale destacar três argumentos apontados por Sen (2000) que favorecem essa perspectiva da pobreza como privação de capacitações. O primeiro argumento é o de que essa perspectiva da pobreza

dedica-se em privações que são importantes intrinsecamente, ao contrário da perspectiva que se concentra em privação que é importante apenas instrumentalmente, como é o caso da renda baixa. O segundo argumento do autor é o de que “a renda não é o único instrumento de geração de capacidades”. Existem outras influências sobre a pobreza além de um nível de renda baixo. O terceiro e último argumento diz que “a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos”. Por exemplo, ser relativamente pobre num país rico, poder ser desvantajoso em capacidade, mesmo a renda absoluta sendo elevada para os padrões mundiais. Isso porque, em um país rico, mais renda é preciso para adquirir mercadorias que satisfazem o mesmo funcionamento social. Assim, para se participar da vida de uma comunidade pode ser necessário “equipamentos modernos” como, automóveis, televisores, diferente do que seria necessário em nações menos ricas. Impõem-se certas exigências mais severas a uma pessoa relativamente pobre em um país rico mesmo tendo uma renda mais elevada do que uma pessoa pobre num país menos rico.

A perspectiva da pobreza como privação de capacitações procura entender a pobreza além do baixo nível de renda, que é a forma tradicional utilizada. Isso não quer dizer que o nível de renda não seja uma das causas principais da pobreza. A renda pode ser o fator principal da privação de capacitações de um indivíduo, porém, como já foi discutido, a expansão das liberdades depende também de outros fatores.

Como parâmetro, vale destacar dois argumentos de Sen (2000) que remete a essa questão da necessidade de expandir o entendimento da pobreza para além do baixo nível de renda, que por sua vez, não deixa de ser uma dimensão importante da pobreza. O primeiro, diz que, por exemplo, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”. O segundo, é o de que as pessoas, geralmente, têm grandes razões para buscar mais renda e riqueza, mas isso acontece porque elas são meios para se ter mais liberdade para levar o tipo de vida que se deseja ter e não porque renda e riqueza são desejáveis por si mesmas.

A distinção conceitual da noção de pobreza sob o prisma de privação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda é de extrema importância, no entanto, essas perspectivas não deixam, e não podem deixar de estar vinculadas, dado que a renda é um meio essencial de obter capacitações (SEN, 2000).

A relevância da abordagem das capacitações está na melhoria do entendimento da pobreza, aprofundando e expandindo a natureza das suas causas, considerando não só a renda como uma dimensão da pobreza. Nesse sentido, a abordagem das capacitações desloca o foco da análise da pobreza sobre os meios (tradicionalmente, a renda) e remete atenção aos fins que as pessoas têm razão para

buscar, mais precisamente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (RODRIGUES, 2014).

3. Metodologia: Método de Identificação dos Pobres

Para que se entenda a metodologia é necessário definir algumas notações. Parte-se da matriz de realizações ($n \times d$), $y = [y_{ij}]$, em que a linha, n , representa os domicílios e a coluna, d , representa as dimensões. O y_{ij} é a realização de cada domicílio $i = 1, 2, 3 \dots n$ na dimensão $j = 1, 2, 3 \dots d$. Os vetores linha y_i , referem-se à realização de cada domicílio em todas as dimensões. Os vetores coluna y_j , referem-se à realização de todos os domicílios em cada dimensão. Dessa maneira, o vetor linha $y_1 = y_{11}, y_{12}, y_{13} \dots y_{1d}$, denota a realização do domicílio 1 nas d dimensões, e o vetor coluna $y_1 = y_{11}, y_{21}, y_{31} \dots y_{n1}$, denota a realização de n domicílios na dimensão 1. O cutoff, z_j , é o critério definido para a dimensão j , em que o domicílio que se observa realizações abaixo dele é considerado privado nessa dimensão. Ou seja, o vetor cutoff, $z = z_1, z_2, z_3 \dots z_d$, contém a linha de pobreza de cada dimensão (ROCHE, 2010 apud RODRIGUES, 2014).

De uma matriz de realização, extrai-se a matriz de privação $g = [g_{ij}]$. Para isso, primeiro se identifica as realizações abaixo dos cutoffs, ou seja, identifica-se quais os domicílios que sofrem privação em cada uma das dimensões. Feito isso, substitui-se essas realizações por 1, se o domicílio sofre privação e por zero, se o domicílio não sofre privação numa determinada dimensão. Essa matriz de privação ($n \times d$), g , tem g_{ij} igual a 1 se o domicílio i sofre privação na dimensão j , ou seja, $g_{ij} = 1$ se $y_i < z_j$, e zero caso contrário ($g_{ij} = 0$ se $y_i > z_j$). Com a matriz de privação, pode-se definir o vetor de contagem de privação, o vetor c . Ele é definido por meio da contagem das privações de cada um dos domicílios. Assim, c denota a quantidade de privações sofridas pelos domicílios, em que c_i , representa quantas privações sofre o domicílio i (ROCHE, 2010 apud RODRIGUES, 2014).

De maneira simples, pode-se dizer que a matriz de realizações reflete aspectos/características (realizações) de cada domicílio em relação a cada dimensão. Utiliza-se esses aspectos/características para definir se um domicílio é privado ou não nas dimensões, com base em critérios de identificação (cutoff) escolhidos para cada uma delas.

Nesse sentido, sob a perspectiva multidimensional, a pobreza é definida como privações dos domicílios nas dimensões, por meio da identificação das realizações dos domicílios que estão abaixo do cutoff estabelecido para cada dimensão. Portanto, para identificar pobres e não pobres, compara-se as realizações dos domicílios com os cutoffs das dimensões. No entanto, também é necessário

delimitar em quantas dimensões um domicílio tem de ser privado para ser considerado pobre.

No método tradicional unidimensional de identificação da pobreza, as realizações são expostas numa única variável. Assim, com apenas uma linha de pobreza distingue-se pobres de não pobres, em que os domicílios ou indivíduos abaixo da linha de pobreza são considerados pobres. Por esse método de identificação, não se consegue ver a pobreza de maneira multidimensional, e com isso não é possível analisar a fundo as privações em cada dimensão da pobreza (ALKIRE; FOSTER, 2011a apud RODRIGUES, 2014).

A literatura apresenta o critério da união e o critério da interseção como métodos de identificação aplicáveis às privações dimensionais. O critério da união é o método de identificação em que o domicílio multidimensionalmente pobre é aquele que sofre privação em pelo menos uma dimensão. Já de acordo com o critério da interseção, é multidimensionalmente pobre o domicílio que sofre privação em todas as dimensões. Porém, esses dois métodos não são eficazes em algumas situações. O primeiro critério pode classificar grande parte da população como pobre quando se utiliza bastantes dimensões na mensuração da pobreza. Além disso, considerando a realidade do Brasil, por exemplo, onde muitas pessoas conseguiram enriquecer sem concluir seus estudos básicos, um domicílio poderia ser classificado como pobre erroneamente apenas por ser privado numa única dimensão. De maneira diferente, o critério da interseção pode não classificar como pobre os domicílios ou indivíduos que sofrem consideráveis privações, mas não em todas as dimensões. Assim, esse método seria mais eficaz para distinguir a população pobre, amplamente carente, da população não pobre, que não sofre nenhuma privação (ALKIRE; FOSTER, 2011a).

Como alternativa, Alkire e Foster (2011a) propõem um nível de cutoff entre os extremos, em que o número de privações para diferenciar os pobres dos não pobres se situe entre o definido pelo critério da união e o critério da interseção. Assim, com um cutoff intermediário não são considerados pobres nem aqueles domicílios ou indivíduos que sofrem privações em apenas uma dimensão, nem aqueles que sofrem privações em todas. Esse número intermediário de privações dimensionais a se considerar é, em notação, chamado de k .

Então, Alkire e Foster (2011a) definem o método de identificação dual cutoff ou método de corte duplo de identificação da pobreza, cuja notação é p_k . O método consiste na utilização de um primeiro vetor de cutoff aplicado nas dimensões, o Z_j , cujo objetivo é determinar as privações dos domicílios ou indivíduos em cada uma das dimensões. E posteriormente, se utiliza um segundo cutoff, o k , responsável por determinar os domicílios ou indivíduos multidimensionalmente pobres, dado o k escolhido.

Sistematicamente, primeiro se aplica o primeiro cutoff sobre a matriz de realização, obtendo-se daí a matriz de privação e define-se o vetor de contagem de privação, o vetor c . Compara-se o vetor c com o k estabelecido, e assim, p_k recebe valor igual a 1 se $c_i \geq k$, e p_k recebe valor igual a zero se $c_i < k$. Isso significa que o domicílio i é considerado pobre multidimensional se ele sofrer privação em pelo menos k dimensões, diferentemente se o domicílio i sofrer privação em menos de k dimensões, sendo considerado como não pobre multidimensional. Por exemplo, se definido que domicílios ou indivíduos que sofrem privação em duas dimensões sejam considerados pobres ($k = 2$), então os domicílios ou indivíduos privados em duas ou mais dimensões, são classificados como pobres, e os domicílios ou indivíduos privados em uma ou nenhuma dimensão, são classificados como não pobres. Por fim, tem-se que todo conjunto de domicílios pobres multidimensionais é definido como Z_k , ou seja, é o conjunto de todos os domicílios com $p_k = 1$ (ALKIRE; FOSTER, 2011a).

Apresenta-se a partir de agora, os índices utilizados para a mensuração da pobreza multidimensional. Parte-se do índice de incidência headcount $H = H(y; z)$:

$$H = \frac{q}{n}$$

Sendo $q = q(y; z) = \sum_{i=1}^n p_k(y_i; z)$, o número de domicílios pobres multidimensionais contidos no conjunto Z_k , cuja identificação foi realizada pelo método dual cutoff (p_k), e n a população total (ALKIRE; FOSTER, 2011a apud RODRIGUES, 2014).

O índice de incidência headcount H apresenta duas desvantagens que é importante destacar. A primeira é que ele não capta mudanças na profundidade da pobreza multidimensional. Portanto, o índice não satisfaz o axioma da monotonicidade, que diz que a pobreza global deverá aumentar se um domicílio pobre sofrer privação numa dimensão adicional. Um domicílio ou indivíduo considerado multidimensionalmente pobre que passa a sofrer privação em mais uma dimensão não afeta o headcount H , pois ele calcula, simplesmente, a porcentagem de domicílios multidimensionalmente pobres (RODRIGUES, 2014). Alkire e Foster (2011a) apontam outra desvantagem, no sentido de que o índice não pode ser decomposto entre as dimensões, não sendo possível identificar a contribuição de cada dimensão para o índice de pobreza global.

Como alternativa Alkire e Foster (2011a) propõe o índice de headcount ajustado (M_0) que supera os problemas descritos acima. Esse índice leva em conta a participação média de privações (A) dos pobres, responsável por captar a profundidade das privações sofridas pelos pobres. Assim, este novo índice satisfaz o axioma da monotonicidade, pois na medida em que um domicílio pobre se torna privado numa dimensão adicional, consequentemente A aumenta, que por sua vez faz M_0 também aumentar. Tem-se então que se a profundidade da pobreza

aumentar, a pobreza global também aumentará (RODRIGUES, 2014). Para se entender como matematicamente é mensurado a pobreza multidimensional pelo M_0 é necessário entender como é mensurado o A , dado que já foi visto os cálculos para obtenção de H .

A partir da matriz de privação (g), se define o vetor censurado de contagem de privação, o $c(k)$. O vetor $c(k)$ recebe valor zero para os domicílios que não são pobres, e recebe o número de contagens de privação c_i para os domicílios que são considerados pobres $c_i(k) = c_i$ se $c_i \geq k$ e $c_i(k) = 0$ se $c_i < k$. Dessa maneira, Alkire e Foster (2011a) obtêm a participação média de privação dos pobres (A), dado que se $\frac{c_i(k)}{d}$ representa a participação de privação vivida por um domicílio, então $A = \frac{\sum c_i(k)}{qd}$ (ROCHE, 2010 apud RODRIGUES, 2014).

O índice de incidência ajustado (M_0) leva em consideração tanto a porcentagem de pobres multidimensionais da população, quanto o percentual médio de privações sofrido pelos domicílios pobres. O M_0 é obtido por meio do produto dos índices A e H ($M_0 = AH$). Vale dizer que o headcount ajustado satisfaz o axioma da monotonicidade e cabe destacar mais três vantagens interessantes. Primeiro, ele pode ser decomposto por subgrupos da população, como regiões e estados de um país, área rural e urbana, por sexo, cor/raça. Esse aspecto é importante pois permite a obtenção de resultados específicos para cada grupo. Outra vantagem do M_0 sobre outros índices é que ele pode ser decomposto por dimensões, permitindo identificar a contribuição de cada dimensão para a pobreza multidimensional total (ALKIRE; FOSTER, 2011a apud RODRIGUES, 2014). Um terceiro aspecto é que esse índice permite a utilização de diferentes estruturas de peso nas dimensões. Esse aspecto é importante ao atribuir ao índice a propriedade de ser adaptável a diferentes realidades, dado que em diferentes países, uma dimensão pode ser considerada mais importante que outras (ROCHE, 2010 apud RODRIGUES, 2014).

Fonte de Dados, Dimensões, Indicadores e *Cutoffs*

Neste trabalho, utiliza-se a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2014, realizada pelo IBGE. Para a análise deste estudo utilizou-se os dados sobre as características dos domicílios e sobre as características de cada pessoa do domicílio. Vale destacar que por meio das informações disponibilizadas pela PNAD para o domicílio, consegue-se identificar, por exemplo, as condições de moradia, e a renda per capita domiciliar, informações

que, muitas das vezes, permitem melhor identificar a pobreza do que quando se observa características das pessoas isoladamente.

Quadro 1: Dimensões, Indicadores e Cutoffs para Construção do Perfil de Pobreza

Dimensões	Indicadores	O indicador procura identificar domicílios com ...	Cutoffs
Habitação	Indicador 1	Precariedade dos Materiais da Habitação; Superlotação; Habitação Insegura	Habitações com teto com materiais precários (taipa não revestida, madeira aproveitada, palha) ou paredes com materiais precários (madeira aproveitada e palha); Domicílios com três ou mais pessoas por quarto, em áreas rurais e urbanas; Domicílios que são cedidos ou emprestados.
Serviços Básicos	Indicador 2	Carência de Fontes de Água; Carência de Saneamento; Carência de Energia;	Forma de abastecimento de água sem canalização interna; Forma de escoadouro do banheiro/sanitário por fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto/pluvial, ou por fossa rudimentar, ou por vala, ou direto para o rio/lago/mar; Não tem banheiro/sanitário no domicílio/propriedade ou o uso do banheiro/sanitário é comum a mais de um domicílio; Domicílios que não possuem serviço elétrico.
Padrão de Vida	Indicador 3	Insuficiência de Recursos; Carência de Bens Duráveis	Domicílios com renda per capita domiciliar inferior a R\$140,00; Domicílios que não contam com nenhum dos seguintes bens: i) veículo, ii) refrigerador, lavadora de roupas.
Educação	Indicador 4	Ausência da Escola; Defasagem Escolar; Nível de Escolaridade Insuficiente;	Domicílios onde pelo menos uma criança ou adolescente (entre 6 e 17 anos de idade) não frequenta a escola; Domicílios onde pelo menos uma criança ou adolescente (entre 6 e 17 anos de idade) possuem defasagem escolar de mais de dois anos de acordo com sua idade; Domicílios onde nenhuma pessoa de 20 anos ou mais Alcançou um nível educacional mínimo, entendidos pelo seguinte: <ul style="list-style-type: none"> - pessoas entre 20 e 59 anos: não possuem o primeiro ciclo da educação secundária completo; e - pessoas de 60 anos ou mais: não possuem educação primária completa.

Fonte: Elaboração própria.

As dimensões, os indicadores e os cutoffs utilizados para medir a pobreza multidimensional no Brasil em 2014 são apresentadas no Quadro 1. Elas foram selecionadas a partir do índice de pobreza multidimensional proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Esse índice foi construído para diversos países da América Latina, inclusive o Brasil. Vale dizer que o índice de pobreza multidimensional deste trabalho não é uma réplica do índice da Cepal. Foram selecionadas quatro das cinco dimensões desse índice da Cepal e também todos os indicadores de cada dimensão foram reunidos em um indicador, compondo assim quatro indicadores com mesmo peso no índice construído. Nesse sentido, o índice de pobreza multidimensional mensurado neste estudo é apenas baseado no índice da Cepal.

A primeira dimensão é a Habitação, composta pelo indicador 1, responsável por captar a precariedade dos materiais de habitação, a superlotação no domicílio e se a habitação é insegura. Os cutoffs para classificar o domicílio pobre nessa dimensão são: se o material predominante nas paredes do domicílio é de taipa não revestida ou de madeira aproveitada ou de palha; se o material predominante no teto é de madeira aproveitada ou de palha, o que configura precariedade dos materiais de habitação; se o número de cômodos servindo de dormitório é superior a dois, o que caracteriza superlotação; e se o domicílio é emprestado, o que configura habitação insegura. Assim, como se tem um indicador, se o domicílio tiver materiais de habitação precários ou se for superlotado ou se a habitação for insegura, ele é considerado pobre na dimensão Habitação. Acredita-se que condições inadequadas de habitação é uma privação importante a ser considerada.

A segunda dimensão, Serviços Básicos, apresenta o indicador 2, composto por três aspectos para captar do domicílio: a carência de fontes de água, a carência de saneamento e a carência de energia. Os cutoffs definidos para o primeiro, segundo e terceiro aspectos, são, respectivamente: se a forma de abastecimento de água do domicílio é sem canalização interna; se a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário é por fossa séptica não conectada à rede coletora de esgoto¹ ou pluvial,

¹Como aponta Silva (2009), pode ser considerado adequado no meio rural a existência de fossa séptica não conectada à rede coletora de esgoto como forma de escoadouro do banheiro ou sanitário. Sobre a construção dos índices gerais de pobreza multidimensional que não distinguem os cutoffs do meio rural e urbano, observa-se na literatura certa diversidade na utilização ou não dessa característica como situação de privação. Como esse aspecto é bastante importante, pois envolve o acesso ao saneamento básico do domicílio, que está diretamente associada às condições de saúde da população, preferiu-se seguir os trabalhos que também enxergaram relevante esse cutoff, além das outras formas de escoadouro mais rudimentares. Os estudos a seguir também consideraram como privação ou estabeleceram algum peso no indicador de pobreza multidimensional (trabalhos que aplicaram metodologia diferente deste) a forma de escoadouro do banheiro por fossa séptica não conectada à rede de esgoto: Vieira, Kuhn e Marin (2017), Fahel, Teles e Caminhas (2016), De Deus et al. (2015) e Kreter, Del-Vecchio e Staduto (2015).

ou se por fossa rudimentar, por vala, ou direto para o rio, lago ou mar; se tem banheiro/sanitário no domicílio/propriedade ou se o uso do banheiro/sanitário é compartilhado por mais de um domicílio; se a forma de iluminação no domicílio não é por energia elétrica. Portanto, se o domicílio não tiver acesso em pelo menos um desses aspectos, ele é considerado privado na dimensão Serviços Básicos. É essencial considerar essa dimensão na mensuração da pobreza, além de ser claramente um importante indicador de bem-estar em si, grande parte destas características estão vinculadas a saúde da população. Em alguns trabalhos, como o de Silva et al. (2016), esgotamento sanitário e condição sanitária são incluídas na dimensão Saúde.

A dimensão Padrão de Vida, é composta pelo indicador 3, que classifica o domicílio como pobre se ele tiver insuficiência de recursos e carência de bens duráveis. A insuficiência de recursos define o domicílio em que a renda mensal domiciliar per capita é inferior a R\$ 140 – linha de pobreza adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)². E é carente de bens duráveis o domicílio que não tiver geladeira, máquina de lavar ou veículo. Classifica-se como pobre na dimensão Padrão de Vida o domicílio que é carente de bens duráveis ou insuficiente de recursos. Essa dimensão está mais ligada à forma tradicional de identificação da pobreza, que leva em conta apenas a pobreza monetária. Como já discutido no referencial teórico, o baixo nível de renda é uma importante dimensão da pobreza, mas não a única dimensão relevante.

A última dimensão é a Educação, composta pelo indicador 4, em que é levado em conta a ausência da escola, a defasagem escolar e o nível de escolaridade insuficiente. Os cutoffs para classificar o domicílio privado nessa dimensão são: domicílios onde ao menos uma criança ou adolescente – entre 6 e 17 anos – não frequente a escola; domicílios onde ao menos uma criança ou adolescente – entre 6 e 17 anos – está com defasagem escolar de mais de dois anos de acordo a sua idade; domicílios onde nenhuma pessoa com mais de 20 anos alcançou um nível de escolaridade mínimo, entendido por pessoas entre 20 e 59 anos que não concluíram o primeiro ciclo da educação secundária e pessoas com mais de 60 anos que não contam com educação primária completa. Normalmente, a dimensão Educação está presente em todos os estudos sobre pobreza multidimensional, diferindo apenas os cutoffs utilizados para refletir a privação nessa dimensão.

4. Resultados e Discussões: ***Headcount e Headcount Ajustado para o Brasil em 2014***

Antes de iniciar a análise dos resultados, vale fazer algumas considerações sobre a estrutura de pesos utilizada nas quatro dimensões do índice. Optou-se por

²Atualmente, chama-se Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

utilizar pesos iguais entre as dimensões devido a dois fatores. Primeiro, porque não existe um consenso ou uma base teórica crível que justifique uma determinada estrutura de pesos. Segundo, porque os principais estudos analisados na área de pobreza multidimensional, optam por uma estrutura de pesos iguais entre as dimensões. Sendo assim, essa decisão proporciona uma mesma importância no índice para cada uma das dimensões, Habitação, Serviços Básicos, Padrão de vida e Educação.

Na Tabela 1, apresenta-se os resultados obtidos para o Brasil no ano de 2014, para o Índice de Pobreza Multidimensional Headcount (H) e para o Headcount Ajustado (M_0). Os resultados são apresentados para $k = 1$, $k = 2$ e para $k = 3$, que é o ponto de corte dual. Para o estudo em questão, o “ k ” reflete em quantas dimensões, no mínimo, o domicílio tem de ser privado para ser considerado pobre. Esse valor de “ k ” pode variar de um 1 a 4, o que significa, por exemplo, que se $k = 1$, é considerado pobre o domicílio que sofrer pelo menos uma privação em alguma dimensão. Para $k = 4$, é considerado pobre o domicílio que sofrer privações em todas as dimensões. É importante entender que se tende a superestimar a pobreza multidimensional ao atribuir valor 1 ao ponto de corte dual, pois todo domicílio que sofrer privação em ao menos uma dimensão, será considerado pobre. O contrário acontece quando se atribui o valor máximo para k : 4. Nesse caso, o domicílio para ser considerado pobre tem de sofrer privações em todas as dimensões, o que tende a subestimar a pobreza multidimensional. Assim, normalmente se opta por uma escolha intermediária aos extremos desse ponto de corte ($1 < k < 4$, para este trabalho), o que torna a decisão arbitrária, mas dependente de um conhecimento amplo da realidade do país ou região em análise, para que o índice de pobreza multidimensional reflita corretamente a pobreza da região em questão.

Devido a toda essa questão, os resultados obtidos para o Brasil em 2014 são apresentados na Tabela 1 para diferentes valores de k , permitindo entender melhor o que foi discutido acima e fundamentando a decisão do ponto de corte dual para este estudo, que foi $k = 2$. Nota-se que para $k = 1$, o valor encontrado para o Headcount (H) foi de 51,1% enquanto que para Headcount Ajustado (M_0) foi 17,4%. Para $k = 2$, os valores encontrados foram 15,3% e 8,5% para Headcount (H) e Headcount Ajustado (M_0), respectivamente. Para $k = 3$, o H encontrado foi de 3,1% e o M_0 , 2,4%. É importante observar que o valor de H é bastante superior ao de M_0 , isso porque o H leva em consideração apenas a incidência da pobreza, que é a porcentagem de domicílios pobres do total da população. No entanto, M_0 , para além da incidência, leva em conta a intensidade da pobreza, medido pela participação de privação média dos domicílios pobres (A), que pode facilmente ser obtido pela divisão de M_0 por H , ou seja, M_0 é o produto da porcentagem da população pobre (H) com a porcentagem média de privações sofridas pelos domicílios pobres (A).

Tabela 1: Comparação entre as medidas de pobreza multidimensional: Índice de Pobreza Multidimensional *Headcount* (*H*) e Índice *Headcount* ajustado ($M_0 = AH$) para o Brasil, considerando diferentes valores de *k*, em percentual

<i>k</i>	<i>H</i>	M_0
<i>k</i> = 1	51,1	17,4
<i>k</i> = 2	15,3	8,5
<i>k</i> = 3	3,1	2,4

Fonte: Resultados da pesquisa com base na PNAD 2014

O valor escolhido para *k*, 2, se justifica pelo aspecto do modelo de pobreza multidimensional em si, em que são levados em conta vários critérios ao se mensurar a pobreza e não apenas um, e pelo aspecto do contexto do país em relação a pobreza. No que se refere ao primeiro aspecto, é crível considerar um domicílio como pobre quando sofre, no mínimo, duas privações entre as dimensões: Habitação, em que se leva em conta a precariedade dos materiais de habitação, a superlotação no domicílio e se habitação é segura; Serviços Básicos, em que se identifica carência de água, saneamento básico e energia elétrica no domicílio; Padrão de Vida, em que se identifica insuficiência de renda e carência de bens duráveis; Educação, em que se leva em conta a ausência na escola, a defasagem escolar e o nível de escolaridade insuficiente. Assim, por exemplo, um domicílio onde a renda per capita por pessoa é inferior a R\$ 140,00 – caracterizando insuficiência de recursos – e além disso, o mesmo domicílio tem mais de 2 pessoas por quarto – caracterizando superlotação – é considerado pobre, pois sofre de privação na dimensão Padrão de Vida e na dimensão Habitação. Em relação ao segundo aspecto, é razoável aceitar que a hipótese em que os domicílios que sofrem privações em no mínimo duas dimensões sejam considerados pobres e que os domicílios com no máximo uma privação não sejam, reflete a realidade da pobreza no Brasil.

Portanto, tem-se, efetivamente, que os índices de pobreza multidimensional para o Brasil em 2014, segundo a PNAD, são 15,3% para *H*, e 8,5% para M_0 . Torna-se pertinente observar, através da Tabela 2, o índice M_0 decomposto por dimensão para que se visualize a contribuição de cada dimensão na construção do índice.

A dimensão Habitação apresenta contribuição de 30,35% para a pobreza do país. Serviços Básicos é a dimensão mais relevante, apresentando a contribuição de 39,75%. Padrão de Vida e Educação contribuem com quase a mesma proporção, 14,97% e 14,93%, respectivamente. Nota-se que as dimensões Serviços básicos e Habitação juntas, contribuem com um pouco mais de 70%, representando as maiores privações dos pobres no país.

Tabela 2: Decomposição do Índice *Headcount* ajustado, por dimensões, $k = 2$ (%)

Dimensões	M_0
Habitação	30,35
Serviços básicos	39,75
Padrão de vida	14,97
Educação	14,93

Fonte: Resultados da pesquisa com base na PNAD 2014.

A análise da contribuição de cada dimensão para o M_0 mostra que todas as dimensões – Habitação, Serviços Básicos, Padrão de vida e Educação – são relevantes para a pobreza total do país. Esses resultados facilitam a identificação dos fatores que mais privam os pobres e suas maiores necessidades. Por isso, as políticas públicas devem ser direcionadas a garantir maior acesso aos serviços básicos, corrigindo principalmente a carência de acesso a fontes de água e ao saneamento básico. Logo, dada a contribuição da dimensão, políticas públicas que garantam maior acesso a esses serviços podem culminar numa redução considerável no grau de pobreza.

Vale dizer que as dimensões com menores contribuições para o índice não deixam de ser importantes e nem devem ser tratadas com menos foco pelos formuladores de políticas. Por exemplo, não acabam os argumentos que demonstram quanto a Educação pode ser fonte de superação da pobreza. Melhor educação não garante apenas melhoria na qualidade de vida, mas também aumenta o potencial do indivíduo de auferir renda.

Headcount (H) e Headcount ajustado (M_0) para as macrorregiões

Antes de analisar, propriamente, a pobreza multidimensional para as macrorregiões do país, é importante observar, com o auxílio da Tabela 3, os índices encontrados para os diferentes pontos de corte dual (k). Isso permite justificar melhor o valor atribuído a k neste estudo, no sentido de que os valores encontrados para H e M_0 , para $k = 1$, sinalizam uma possível superestimação da pobreza nas regiões do país, e para $k = 3$, sinalizam uma provável subestimação.

Tem-se que para todas as regiões o Headcount e o Headcount Ajustado para $k = 1$ é extremamente superior aos valores para $k = 2$, enquanto que os valores para $k = 3$ são muito inferiores, como pode-se notar, o M_0 das regiões Sul e Sudeste são iguais e menores do que 1%. Note-se também, que a região Sul apresenta M_0 igual a 14,90% quando consideramos $k = 1$. Para $k = 2$, o índice M_0 encontrado foi de 5,20%. Como parâmetro, observa-se o índice de pobreza multidimensional encontrado para o Brasil em 2012, que foi 12,8%, com base nos estudos de Melo (2015). O M_0 da região Sul para $k = 1$ supera o índice encontrado para o Brasil em

2012, enquanto que para $k = 2$, o M_0 é inferior ao mesmo. Assim, fica claro que a decisão por um ponto de corte dual intermediário aos extremos, no caso, 2, reflete melhor a realidade da pobreza no Brasil e corrige uma provável superestimação e subestimação dos indicadores.

Tabela 3: Decomposição de diferentes medidas de pobreza multidimensional: Índice de Pobreza Multidimensional *Headcount* (H), intensidade média de privações (A) e o Índice *Headcount* ajustado, por macrorregiões, com $k = 1$, $k = 2$ e $k = 3$, e a contribuição de cada região para o M_0 global (%)

Regiões				
K=1	H	A	M_0	Contr.
Norte	85,40	38,17	32,60	15,30
Nordeste	68,80	36,19	24,90	37,90
Sul	48,7	30,59	14,90	12,60
Sudeste	32,30	31,58	10,20	25,10
Centro-Oeste	63,50	32,60	20,70	9,20
K=2	H	A	M_0	Contr.
Norte	35	57	20	19,30
Nordeste	24,40	56,56	13,80	43,20
Sul	9,80	53,06	5,20	9
Sudeste	7,50	53	4	20,30
Centro-Oeste	17,10	53,22	9,10	8,30
K=3	H	A	M_0	Contr.
Norte	9	77,77	7	24,20
Nordeste	5,8	77,58	4,50	50,90
Sul	1,1	72,72	0,80	5
Sudeste	1	80	0,80	14,40
Centro-Oeste	2,2	77,27	1,70	5,40

Fonte: Resultados da pesquisa com base na PNAD 2014

A análise da Tabela 4 é interessante para se identificar os pesos de cada região na medição da pobreza geral (M_0) apresentada no item anterior e para confrontarmos esses pesos com a contribuição de cada região para o mesmo índice. Essa é uma análise que será feita a seguir, e como poderá ser visto, não necessariamente a região com um peso menor sobre o índice M_0 , ou seja, com uma população menor, contribui menos para o índice de pobreza do que uma região com uma população maior. Dado que o índice de pobreza para o Brasil é uma média ponderada dos níveis de pobreza das regiões do país, então a participação da população de cada região na população total são os pesos de cada região sobre o

índice. Como pode ser observado na Tabela 4, segundo a PNAD 2014, a região Sudeste é a mais populosa, com 42,9% da população do país. A região Nordeste, com a parcela de 26,5% do total da população é a segunda região mais populosa, seguida pela região Sul, com 14,7% da população total, do Norte em quarto lugar com 8,2% da população, e por último, a região Centro-oeste, a menos populosa do país, com a parcela de 7,7% da população total.

Tabela 4: Participação da população de cada região na população total (%)

Regiões	Parcela da População Total
Norte	8,20
Nordeste	26,50
Sul	14,70
Sudeste	42,90
Centro-oeste	7,70

Fonte: PNAD 2014

Ademais, voltando à análise da Tabela 3, observa-se que a região com as maiores taxas de pobreza multidimensional é a região Norte, apresentando tanto maior incidência de pobreza, com H igual a 35%, quanto maior intensidade, com A igual a 57%, resultando no maior Headcount Ajustado de Alkire e Foster, 20%. Note-se que apesar da região Norte ter a segunda menor população do país, ou seja, possuir o segundo menor peso no cálculo do M_0 para o Brasil, ela é a terceira região com maior contribuição para este índice, 19,30%, ficando à frente da região Sul, que tem uma população maior que a do Norte. Isso acontece devido ao seu índice de pobreza multidimensional ser extremamente elevado, o que faz a região contribuir mais para o índice de pobreza global do que a região Sul, que tem um peso maior sobre este índice global.

A região Nordeste apresenta os segundos maiores índices, com H igual a 24,40%, A igual a 56,56% e M_0 , 13,80%. Além de ser a segunda região mais pobre do Brasil, o Nordeste é a região que mais contribui para o M_0 do país, representando 43,2% do índice. O Sudeste, Sul e Centro-oeste, são as regiões com menores taxas de pobreza multidimensional e apresentam praticamente as mesmas taxas de intensidade de pobreza, medido pelo A , que fica em torno de 53%. A região Sudeste apresenta os menores índices H e M_0 , com 7,50% e 4%, respectivamente. É também, a segunda região que mais contribui para o M_0 nacional, contribuindo com a parcela de 20,30%.

A região Sul apresenta Headcount de 9,8% e Headcount Ajustado de 5,20%. O Centro-oeste apresenta-se com H igual a 17,1% e M_0 igual a 9,1%. As regiões Sul e Centro-oeste contribuem para M_0 nacional com a parcela de 9% e 8,3%, respectivamente.

Esses resultados demonstram que a pobreza no Brasil tem uma forte característica regional, em que a pobreza multidimensional nas regiões do país é extremamente heterogênea. Algumas regiões se mostram muito mais pobres que outras, com destaque para o Norte e Nordeste, onde a diferença do índice M_0 dessas regiões para a região menos pobre, o Sudeste, é de 16 pp. e 9,8 pp, respectivamente. Os resultados corroboram os estudos de Silva et al. (2016), que também classificou o Norte como a região mais pobre, seguido por Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste.

Conclusão

Considerando o objetivo deste trabalho de definir um perfil da pobreza multidimensional para o Brasil, dada a necessidade de informações atuais acerca da pobreza do país, estimou-se os índices de pobreza multidimensional para o Brasil, em especial, o índice Headcount Ajustado (M_o) de Alkire Foster. Ainda assim, interpretou-se a fundo o M_o por meio da decomposição do índice por regiões e por dimensões, que permitiu analisar a pobreza multidimensional nas regiões, a contribuição de cada região e de cada dimensão para o índice global.

Conclui-se com este trabalho que o índice de pobreza multidimensional – M_o - para o Brasil em 2014, dada a metodologia utilizada e as dimensões selecionadas, é de 8,5%. Constatou-se também que todas as dimensões da pobreza consideradas neste trabalho são relevantes para se entender a pobreza multidimensional no país, dado que todas as dimensões consideradas contribuem significativamente para o cálculo do índice global. Por meio da decomposição do índice (M_o) por dimensão notou-se que a dimensão que mais contribui para o mesmo é a dimensão Serviços Básicos, que representa as carências dos domicílios em fontes de água, saneamento e energia. Desse modo, políticas públicas devem ser direcionadas a garantir maior acesso a serviços básicos, como fontes de água e saneamento básico. Políticas públicas que garantam maior acesso a esses serviços podem culminar em uma redução considerável no grau de pobreza.

Por meio da decomposição do índice de pobreza multidimensional (M_o) por regiões, pode-se concluir que a pobreza multidimensional é mais grave na região Norte, seguida pela região Nordeste, com o segundo pior índice. As regiões com os melhores índices são, respectivamente, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Por meio destes resultados, os formuladores de políticas podem orientar melhor suas políticas, focando em investimentos sociais que potencializem a superação da pobreza nessas regiões mais pobres. Assim, ao priorizar essas áreas de pobreza mais severa, conseqüentemente, a incidência da pobreza, como também sua intensidade, podem diminuir nessas regiões, melhorando os índices de pobreza do país como um todo.

Vale dizer, que este trabalho se limitou em discutir e analisar os resultados para o ano de 2014, sendo assim, não foi possível estudar a evolução temporal da

pobreza durante os últimos anos, e a partir disso, confirmar a tendência decrescente da pobreza no país apontada por diversos outros estudos. Dessa forma, sugere-se para estudos futuros, uma acurada análise temporal da pobreza no Brasil, considerando a complexidade do fenômeno da pobreza, entendendo-a de maneira multidimensional.

Com as conclusões deste trabalho, foi possível traçar o perfil da pobreza multidimensional no Brasil em 2014, contribuindo fortemente para a atualização de informações importantes acerca da pobreza multidimensional no país. Ademais, constatou-se que a análise do índice de pobreza multidimensional (M_o) pode contribuir fortemente para o planejamento de políticas públicas ao evidenciar, principalmente, a maior privação dos pobres do país e em quais regiões se encontra a maior parte dessa população pobre.

Referências

- ALKIRE, S., FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **Journal of Public Economics**, n. 95, p. 476-487, 2011a. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006>
- BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão n. 1227**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372>. Acesso em: 16 Jul. 2016.
- CASTILHO, M. Impactos da Crise Econômica Internacional Sobre O Comércio Exterior Brasileiro. In: **Crise Financeira Global: Mudanças Estruturais e Impactos Sobre os Emergentes**. Livro 2. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- DE DEUS, J. D. B. V.; CAMPOS, R. T.; CAMPOS, K. C.; DE OLIVEIRA, J. L.; CARVALHO, R. M. (2015). Análise multidimensional da pobreza rural no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 1, p. 57-75, 2015.
- FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D.A. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016. <https://doi.org/10.17666/319205/2016>
- HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006.
- JANNUZZI, P. M. Pobreza Multidimensional como conceito-ação para avaliação da estratégia brasileira de desenvolvimento social e combate à pobreza. **Estudo**

Técnico n. 06/2015, 2015. Disponível em: <www.mds.gov.br/sagi>. Acesso em: 8 jun. 2016.

KRETER, A. C.; DEL-VECCHIO, R.; STADUTO, J. A. R. Condições habitacionais como um indicador de pobreza nas áreas rurais do Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 1, p. 77-96, 2015.

LACERDA, F.C.C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MELO, L.M.C. Pobreza Multidimensional: uma análise a partir do índice proposto pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). **Brasília: Estudo Técnico SAGI nº 02/2015**. Disponível em: <www.mds.gov.br/sagi>. Acesso em: 11 Maio 2016.

NERI, M. C. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medida pela PNAD/IBGE. **Brasília: Ipea, 2013**. P. 47. (Nº159). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 16 Maio 2016.

ROCHE, J. M. Child Poverty Measurement in Bangladesh: Improving upon existing measures. **OPHI Working Paper nº. 43**. University of Oxford, 2010.

RODRIGUES, C T. **Mudanças no perfil de pobreza no Brasil: uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza: Economia Política da Distribuição de Renda**. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras, 409 pg. São Paulo: 2000.

SILVA, A. F. D.; ARAUJO, J. A.; CAMPELO, G. L.; VASCONCELOS, J. C.; SILVA, J. C. D. (2016). Análise da Pobreza Multidimensional no Brasil. **Anais do XLII Encontro Nacional de Economia**. No. 169. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

SILVA, A. M. R. **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

VIEIRA, C. A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 28, n. 48, p. 263-295, 2017.